

12/06/2008

TRIBUNAL PLENO

**AG.REG.NO HABEAS CORPUS 94.224-5 MINAS GERAIS**

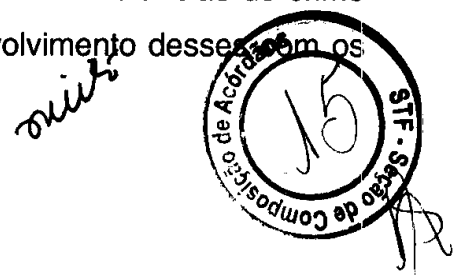
RELATOR	: MIN. MENEZES DIREITO
PACIENTE(S)	: CARLOS EDUARDO LEONARDO DE SIQUEIRA
AGRAVANTE(S)	: LEONARDO COELHO DO AMARAL E OUTRO(A/S)
AGRAVADO(A/S)	: RELATOR DO INQUÉRITO Nº 2635 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**EMENTA**

**Agravo regimental. Processual penal. Habeas corpus. Negativa de seguimento. Desmembramento de inquérito. Ato monocrático do Ministro Relator. Possibilidade. Precedentes. Óbice jurídico-processual ao conhecimento da impetração. Agravo regimental desprovido.**

1. É praxe nesta Suprema Corte a prolação de decisões monocráticas determinando o desmembramento de feitos que tenham pluralidade de litisconsortes penais passivos. A presente medida é determinada com apoio no art. 80 do Código de Processo Penal, que autoriza a separação do feito, presente motivo relevante que torne conveniente a adoção de tal providência. Esse proceder tem fundamento no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.038/90, que *"confere aos Ministros Relatores dos Tribunais Superiores as atribuições inerentes aos Juizes singulares, dentre elas a de ser o Juiz da instrução, aos quais caberá decidir sobre todas as providências pertinentes ao bom andamento do processo"* (fls. 205/206).

2. A avaliação sobre a necessidade, ou não, de ser submetida a questão de ordem à análise do órgão colegiado, conforme dispõe o inciso III do art. 21 do Regimento Interno desta Corte, é do Relator do processo. A ele compete examinar qual a melhor forma de proceder, diante da análise do caso concreto, verificando a complexidade da causa, as particularidades eventualmente reveladas pelas circunstâncias do crime investigado, o número de réus, o grau de envolvimento desses com os



**HC 94.224-AgR / MG**

crimes imputados e entre uns e outros, sem que tanto configure usurpação das funções atribuídas ao órgão colegiado fracionário, ou pleno, conforme o caso, ao qual esteja ele vinculado.

3. A ausência de intimação do paciente da decisão determinando o desmembramento é questão controvertida, não podendo ser verificada de plano, pois não se tem, nos autos, todas as informações necessárias ao perfeito entendimento da questão a revelar a plausibilidade jurídica do alegado.

4. A decisão agravada está em perfeita consonância com a orientação jurisprudencial desta Corte sobre a matéria, que, em diversos julgados, já enfatizou revelar-se plenamente possível, presente as razões que o justificam, o desmembramento de feitos com apoio no art. 80 do Código de Processo Penal. Não há nenhum óbice jurídico para que o Relator do inquérito proceda ao desmembramento, quando entender conveniente à instrução criminal e ao bom andamento do processo, para dar celeridade e eficácia a pretensão punitiva do Estado.

5. É consabido que o **habeas corpus** tem previsão constitucional para aquele que sofre ou se acha ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder (art. 5º, inc. LXVIII, CF).

6. É inviável o **habeas corpus**, pois a impetração, tal como posta nos autos, tem a finalidade exclusiva de alterar o local no qual deverá ser processado e julgado o paciente, o que demonstra, em última análise, que os impetrantes não buscam afastar ou evitar qualquer ameaça ao direito de locomoção do paciente mas, tão-somente, alterar o órgão jurisdicional para o seu processamento e julgamento.

7. Agravo regimental desprovido.

**ACÓRDÃO**


Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, sob a presidência do Sr. Ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por

*niit*

**HC 94.224-AgR / MG**

maioria de votos, em negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 12 de junho de 2008.

  
MINISTRO MENEZES DIREITO  
Relator

Smith

**HC 94.224-AgR / MG**

seu '**braço direito**' na suposta organização criminosa capitaneada pelo primeiro" (fl. 29 – grifo no original).

Ao final, pediram a concessão da ordem "para reconhecer a nulidade da decisão de desmembramento do PCO, tendo em vista a inquestionável violação das garantias do devido processo legal e do contraditório, **OU** ainda, para modificar aquele **decisum**, posto que os fatos apurados no procedimento penal mencionado revelam a impossibilidade de se desvincular as condutas imputadas ao Paciente e ao deputado federal JUVENIL ALVES, indicando, pois a necessidade de se manter a unidade processual e a competência desse Supremo Tribunal para o julgamento do caso também em relação àquele" (fl. 34).

Pela decisão agravada, neguei seguimento ao **habeas corpus** por entender que havia óbice jurídico-processual ao próprio conhecimento da impetração, além de não verificar flagrante ilegalidade ou constrangimento ilegal a ensejar a concessão da ordem tal como pretendida pelos impetrantes, para que o paciente fosse processado e julgado por esta Suprema Corte. Todos os fundamentos da impetração foram, apropriadamente, afastados.

No presente recurso, sustentam os agravantes que:

"(...)

Ocorre **rogata venia**, que o tema envolvendo o desmembramento do processo criminal acaba sempre por refletir em uma das elementares condições de ação, qual seja, a **LEGITIMIDADE PASSIVA**, o que por si só bastaria para evidenciar sua perfeita subsunção à tipologia **QUESTÃO DE ORDEM**, cuja definição é sempre e sem exceção de competência do Plenário do STF, conforme determinado no inciso III do art. 21 de seu regimento interno.

É certo que o rito dos processos criminais de competência originária exige a escolha de um Magistrado-Relator para atuar como 'juiz da instrução', segundo se vê do art. 2º da Lei 8.038/1990. Não obstante, vale insistir que tal poder/dever concedido ao 'juiz da instrução' é limitado por aquele próprio diploma legal em seu art. 3º, que assim dispõe:

'Art. 3º. **Compete** ao relator: I – determinar o **arquivamento** do inquérito ou de peças informativas, quando o requerer o Ministério Público, ou **submeter** o requerimento a decisão competente do Tribunal; II -- **decretar** a extinção da punibilidade, nos casos previstos em lei.'

*smith*

HC 94.224-AgR / MG

Repare-se, portanto, que por uma interpretação sistemática das normas da citada lei e do RISTF só se chega à conclusão de que inexistente permissão legal para o Relator do feito de competência originária decidir individualmente acerca de matérias que afetem de modo direto e, pior ainda, fulminante a relação processual formada ou a ser formada, como é o caso daquela referente à legitimidade dos envolvidos para figurar no pólo passivo da ação penal. É que, aqui, se está diante de questão de 'alta indagação', vinculada por inteiro à regularidade e conseqüente legalidade do processo criminal que só podem ser analisadas e definidas pelo mesmo órgão colegiado competente para julgar a matéria de mérito em que se imputa este ou aquele fato típico a esta ou aquela pessoa. Admitir o contrário, d.v., seria o mesmo que concordar com o desvio da competência imposta a essa Suprema Corte, enquanto órgão colegiado máximo do Judiciário nacional, para julgar os casos penais relativos aos agentes públicos e políticos elencados no art. 102, I, 'b' da Magna Carta.

.....

(...) entendeu o Relator do **habeas corpus** impetrado em favor do Paciente que os Impetrantes não comprovaram 'de plano' a alegada ausência de intimação acerca da decisão que desmembrou o feito penal que até então tramitava nessa Corte Suprema contra todos os envolvidos na chamada 'Operação Castelhana'. Ora, **permissa venia**, duas questões merecem destaque, muito embora se relacionem diretamente: **a)** não se pode exigir da parte a prova de 'algo negativo', como seria o caso, daí bastar sua afirmação de que deixou de receber intimação; **b)** contra a negativa, bastariam as informações que seriam prestadas pela Autoridade Coatora para infirmá-la, ou seja, que ao contrário do que se disse em favor do Paciente, a intimação da decisão de fato ocorreu.

Seja pela imprensa oficial, o que, por certo, seria de questionável legalidade, quanto de forma pessoal ou mesmo por via postal, o Paciente nunca foi devidamente intimado da decisão de desmembramento da citada ação penal, só vindo a ter notícias de sua prolação pela imprensa mineira e de seus termos quando, por meio dos Impetrantes, teve acesso aos autos da ação penal que contra ele e outros tramita na 4ª Vara Federal da SJ/MG.

.....

Por fim, no que se refere ao terceiro e último fundamento que deu base à impetração entendeu o culto Ministro-Relator do **writ**, que não haveria se falar em violação aos preceitos do juízo natural e da igualdade, posto que o Paciente estaria sendo processado pelo órgão jurisdicional competente, qual seja, a 4ª Vara Federal da SJ/MG, enquanto o Deputado Federal JUVENIL ALVES pelo STF, ante a prerrogativa de foro inerente a seu mandato político. Ainda segundo se consignou na decisão agravada, neste caso a ação mandamental em questão não visaria a tutela do direito de liberdade, mas tão-somente a

*minh*

**HC 94.224-AgR / MG**

*mudança do processamento e/ou do julgamento do caso de um órgão para outro da Justiça Criminal.*

*É certo que a concessão do **habeas corpus** impetrado pelos Agravantes resultaria, se acolhido tal fundamento, no reconhecimento da nulidade daquele **decisum** que desmembrou o procedimento criminal que tramita nessa Corte Suprema e, ato contínuo, na nulidade daquela ação penal que tramita perante a Justiça Federal mineira. Daí porque, **permissa venia**, não se pode perder de vista que as diferentes regras de garantia da pessoa humana, em particular aquelas relacionadas ao processo imposto ao Estado-Juiz para julgamento dos feitos de natureza penal, integram um círculo de direitos fundamentais que no final também objetivam resguardar direitos da personalidade humana, dentre os quais a 'sagrada' liberdade.*

*In casu, ainda que se admitisse a possibilidade do Relator do processo de competência originária decidir monocraticamente acerca da conveniência ou da necessidade de se desmembrá-lo nos termos do art. 80 do CPP, mesmo assim a decisão proferida pelo il. Ministro EROS GRAU padece de grave vício de nulidade, já que não observou as garantias do Paciente à igualdade e ao juízo natural" (fls. 239 a 246).*

Concluem eles:

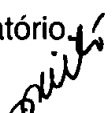
*"(...)*

*Em sendo assim, parece ser dispensável acrescentar outras questões, que não uma derradeira: - com a preservação da unidade processual entre o Deputado Federal JUVENIL ALVES, o Paciente e quiçá os demais membros do dito 'núcleo principal', na realidade se está também a preservar o princípio da igualdade, do qual decorre o preceito da culpabilidade, por sua vez fonte inspiradora das regras contidas nos arts. 29 do CP e 580 do CPP, tudo a revelar a óbvia ameaça ao direito de liberdade ensejador da presente impetração" (fl. 252).*

*Pedem os agravantes "o conhecimento e conseqüente provimento do presente agravo regimental, reformando-se a decisão combatida para, de imediato se adentrar na análise do mérito do **habeas corpus** então impetrado em favor do paciente" (fl. 253).*

O Ministério Público Federal, pelo parecer da lavra da ilustre Subprocuradora-Geral da República, Dra. **Cláudia Sampaio Marques**, aprovado pelo Procurador-Geral Dr. **Antonio Fernando Barros e Silva de Souza**, opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 257 a 259).

É o relatório.



**VOTO****O EXMO. SR. MINISTRO MENEZES DIREITO:**

Conforme relatado, o presente agravo volta-se contra decisão na qual neguei seguimento ao **habeas corpus** por entender que havia óbice jurídico-processual ao próprio conhecimento da impetração, além de não verificar flagrante ilegalidade ou constrangimento ilegal a ensejar a concessão da ordem, tal como pretendida pelos impetrantes, para que o paciente fosse processado e julgado por esta Suprema Corte.

No presente agravo, os impetrantes insistem na tese de que o Ministro **Eros Grau** não poderia ter decidido monocraticamente sobre o desmembramento do feito, pois essa questão *“acaba sempre por refletir em uma das elementares condições da ação, qual seja, a LEGITIMIDADE PASSIVA, o que por si só bastaria para evidenciar sua perfeita subsunção à tipologia QUESTÃO DE ORDEM, cuja definição é sempre e sem exceção de competência do Plenário do STF, conforme determinado no inciso III do art. 21 do regimento interno”* (fl. 240).

Sobre esse ponto, entendi que não havia nenhuma irregularidade flagrante a justificar o deferimento da ordem, nos seguintes termos:

*“(…)”*

*De fato, em diversos precedentes, o Plenário deste Supremo Tribunal Federal decidiu questões de ordem relativamente a pedidos de desmembramentos de ações, em cujos processos havia co-réus que não detinham foro privilegiado por prerrogativa de função, determinando que esses fossem processados e julgados perante os juízos naturais respectivos.*

*Contudo, essa prática, no meu entendimento, não há de ser tomada como regra absoluta, a retirar do relator o poder/dever de decidir, monocraticamente, sobre questões que envolvam o bom andamento do processo, sem que haja a necessidade de submetê-las ao crivo do colegiado. Aliás, é praxe nesta Suprema Corte a prolação de decisões monocráticas determinando o desmembramento de feitos que tenham pluralidade de litisconsortes penais passivos. A presente medida é determinada com apoio no art. 80 do Código de Processo Penal, que autoriza a separação do feito, presente motivo relevante que torne conveniente a adoção de tal providência (Por exemplo, as seguintes decisões monocráticas: Inq nº 2.129/PR, Relator o Ministro **Carlos Velloso**, DJ de 29/11/04; Inq nº 2.239/PI, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 11/11/05; AP nº 390/PA, Relator o Ministro **Marco***



**HC 94.224-AgR / MG**

**Aurélio**, DJ de 26/10/06; Inq nº 2.486/AC, Relator o Ministro **Carlos Britto**, DJ de 21/5/07; Inq nº 2.501/SC, Relator o Ministro **Celso de Mello**, DJ de 30/5/07; AP nº 430/RS, Relatora a Ministra **Cármen Lúcia**, DJ de 31/8/07; Inq nº 2.548/DF, de minha relatoria, DJ de 24/10/07; entre outros).

Ressalte-se que esse proceder tem fundamento no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.038/90, que assim dispõe:

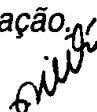
*'Art. 2º O relator, escolhido na forma regimental, será o juiz da instrução, que se realizará segundo o disposto neste capítulo, no Código de Processo Penal, no que for aplicável, e no Regimento Interno do Tribunal.*

*Parágrafo único. O relator terá as atribuições que a legislação processual confere aos juízes singulares'.*

Como se vê, esse dispositivo confere aos Ministros-Relatores dos Tribunais Superiores as atribuições inerentes aos Juízes singulares, dentre elas a de ser o Juiz da instrução, aos quais caberá decidir sobre todas as providências pertinentes ao bom andamento do processo.

A avaliação sobre a necessidade, ou não, de ser submetida a questão de ordem à análise do órgão colegiado, conforme dispõe o inciso III do art. 21 do Regimento Interno desta Corte, é do relator do processo. A ele compete examinar qual a melhor forma de proceder, diante da análise do caso concreto, verificando a complexidade da causa, as particularidades eventualmente reveladas pelas circunstâncias do crime investigado, o número de réus, o grau de envolvimento desses com os crimes imputados e entre uns e outros, sem que tanto configure usurpação das funções atribuídas ao órgão colegiado fracionário, ou pleno, conforme o caso, ao qual esteja ele vinculado.

A diferença entre uma hipótese e outra (decisão monocrática ou decisão colegiada) é a de que, na primeira, caberá a interposição de agravo regimental e, na segunda, não. Disso decorre que, quando interposto agravo regimental contra a decisão do relator que entendeu, monocraticamente, pelo desmembramento, este participará do julgamento do recurso, levando ao colegiado todas as informações necessárias ao bom entendimento da questão e ao pronto julgamento do recurso. Na segunda hipótese, quando o desmembramento do feito se der por decisão colegiada, caberá, quando muito, a oposição de embargos de declaração sem efeitos modificativos. Isso tem grande relevância, no caso presente, principalmente porque não se tem, nos autos, todas as informações necessárias ao perfeito entendimento da questão a revelar a plausibilidade jurídica dos fundamentos apresentados na impetração.



**HC 94.224-AgR / MG**

*Com efeito, a decisão ora questionada se deu de forma monocrática, em 5/9/07, não havendo, nos autos, notícia da interposição do respectivo agravo regimental" (fls. 204 a 206).*

Aliás, foi nesse sentido o parecer do Ministério Público Federal, que assim se manifestou:

*"(...)*

*7. O posicionamento desta Corte é no sentido de admitir a separação do processo com base na conveniência da instrução e na racionalização dos trabalhos. Como o presente Inquérito não apresenta particularidades que justifiquem a unidade de processos, aplicou-se o entendimento pacífico de que 'a regra do art. 79 do Código de Processo Penal - competência por conexão ou continência - é abrandada pelo teor do art. 80 do Código de Processo Penal, (...)'.  
8. Não prospera a afirmativa de que, por influir na legitimidade passiva para a ação penal, o desmembramento não poderia ser decidido monocraticamente pelo Relator, pois tal providência se insere no poder de direção processual que o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 8.038/90 e o art. 21, I, do RI/STF lhe conferem" (fl. 258).*

Também não têm razão os agravantes quanto aos argumentos de que não caberia a eles a comprovar a ausência de intimação do paciente da decisão que determinou o desmembramento, por se tratar de fato negativo, e que, portanto, bastaria a simples afirmação de que tal ato processual não ocorreu, bem como que as informações da autoridade apontada como coatora seriam necessárias para infirmá-la.

No caso, contudo, o que ficou assentado na decisão questionada é que essa assertiva é controvertida, não podendo ser verificada de plano. Relevou-se o fato de que não havia nos autos todos os elementos ao perfeito entendimento do caso, a mostrar a plausibilidade jurídica dos fundamentos apresentados na impetração, justamente porque os impetrantes optaram pela via restrita do **habeas corpus**.

De qualquer modo, conforme ressaltou a Procuradoria-Geral da República:

*"(...)*

*9. (...) uma das indiciadas no Inquérito nº 2635 interpôs agravo regimental contra a decisão que determinou o desmembramento, de modo que a questão necessariamente será submetida ao Plenário. Ainda que por via indireta, a pretensão dos agravantes de submeter o desmembramento ao colegiado será atendida.*

*min*

**HC 94.224-AgR / MG**

10. Dito isto, fica afastada a alegação de que o Paciente não foi intimado da decisão proferida naqueles autos, pois foram expedidas intimações para todos os envolvidos, tanto que a indiciada VIVIANE ANGÉLICA FERREIRA ZICA apresentou o recurso” (fl. 258).

Quanto à alegação de que não seria possível desvincular a conduta do paciente com a do parlamentar Juvenil Alves, cujo processo tramita neste Supremo Tribunal Federal, também é desprovida de fundamento jurídico.

Na decisão agravada ressaltei o seguinte:

*“No que concerne a alegação de que teria havido ofensa aos princípios constitucionais da igualdade, da culpabilidade e ao do juízo natural, ‘... uma vez que não se mostrava juridicamente possível a desvinculação das condutas imputadas ao deputado federal JUVENIL ALVES e ao Paciente, tido pelo próprio Ministério Público Federal, vale repetir, como seu ‘**braço direito**’ na suposta organização criminosa capitaneada pelo primeiro’ (fl. 29 – grifo no original), a meu sentir, é desprovida de fundamento jurídico.*

*A decisão ora questionada está em perfeita consonância com a orientação jurisprudencial desta Corte sobre a matéria, que, em diversos julgados, já enfatizou revelar-se plenamente possível, presente as razões que o justificam, o desmembramento de feitos com apoio no art. 80 do Código de Processo Penal (nesse sentido: HC nº 63.265/SF, Segunda Turma, Relator o Ministro **Francisco Rezek**, DJ de 25/10/85; AP nº 351/SC, Plenário, Relator o Ministro **Marco Aurélio**, DJ de 17/9/04; AP nº 336-AgR/TO, Plenário, Relator o Ministro **Carlos Velloso**, DJ de 10/12/04; HC nº 91.347/RJ, Plenário, Relator o Ministro **Marco Aurélio**, DJ de 14/9/07; entre outros).*

*Com efeito, não há qualquer óbice jurídico para que o Relator do Inquérito proceda ao desmembramento, quando entender conveniente à instrução criminal e ao bom andamento do processo, visando sempre dar celeridade e eficácia a pretensão punitiva do Estado. Frise-se, a decisão ora questionada tem fundamento legal e jurisprudencial, pautou-se em extenso arrazoado do Ministério Público Federal, que, entre outras questões, opinou pelo desmembramento do feito.*

*O fato é que a ação penal que tramita contra o paciente, juntamente com mais 25 acusados, perante a 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais tem regular processamento, com audiência de interrogatório designada para o dia 11 de abril de 2008, o que demonstra, na verdade, a intenção da defesa em obstruir a regular marcha processual dessa ação e a do inquérito que tramita perante esta Suprema Corte, prática não admitida no nosso sistema processual-constitucional” (fls. 206/207).*

*aiub*

**HC 94.224-AgR / MG**

Como visto, não tem fundamento jurídico a alegação de que todos os denunciados devam ser julgados perante esta Suprema Corte. O fato é que o único denunciado com prerrogativa de foro perante esta Corte é o Parlamentar Juvenil Alves, não havendo ilegalidade alguma na decisão monocrática que afasta os demais denunciados para serem processados e julgados perante o Juízo natural deles (Justiça Federal de 1º grau). Repise-se, cabe ao Relator da causa analisar as peculiaridades do caso concreto e decidir qual a melhor forma de proceder. É ele quem decide, analisando a denúncia e demais peças dos autos, se há necessidade de que todos os denunciados sejam processados conjuntamente ou se é salutar o desmembramento do feito.

No mesmo sentido foi o parecer do Ministério Público Federal:

*"(...)*

*11. Finalmente, o juízo sobre a possibilidade ou não de desvinculação das condutas do Paciente e do parlamentar cabe apenas ao **dominus litis**, que, ao analisá-las, concluiu que a cisão do processo não acarretaria prejuízos para a instrução do feito.*

*12. Com efeito, a leitura da denúncia revela que a participação do Deputado Federal JUVENIL ALVES está bem especificada, bem como esclarecida a atuação de cada membro da quadrilha, o que justifica o desmembramento do feito para que apenas o parlamentar seja processado nesta Corte.*

*13. Não há que se falar, portanto, em ofensa ao contraditório, pois o Paciente formulará sua defesa com base nos fatos a ele imputados, e não ao parlamentar" (fl. 259).*

Por fim, outro fundamento que leva, sem dúvida, à confirmação do desmembramento é a especificidade das hipóteses de cabimento da via estreita do **habeas corpus**.

Na decisão agravada ressaltei o seguinte:

*"É consabido que o **habeas corpus** tem previsão constitucional para aquele que sofre ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder (Art. 5º, inc. LXVIII, CF). No caso concreto, a impetração tal como posta nos autos, tem a finalidade exclusiva de alterar o local no qual deverá ser processado e julgado o paciente, como se fosse possível tal escolha, a critério da defesa. As regras processuais e constitucionais de competência são de direito estrito, não comportando alterações por interesse de quem quer que seja.*

*silva*

**HC 94.224-AgR / MG**

*Desse modo, fica demonstrado que, em última análise, os impetrantes não buscam afastar ou evitar qualquer ameaça ao direito de locomoção do paciente, mas tão-somente alterar o órgão jurisdicional para o seu processamento e julgamento.*

*Nessa linha, pelo descabimento do **habeas corpus** para analisar questões alheias à privação da liberdade de locomoção, entre outros, o HC nº 91.760/PI, Primeira Turma, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia**, DJ de 29/2/08; HC nº 76.605/SP, Primeira Turma, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 18/9/98; HC nº 79.791/GO, Segunda Turma, Relator o Ministro **Néri da Silveira**, DJ de 4/8/00; HC nº 74.777/CE, Primeira Turma, Relator o Ministro **Octavio Gallotti**, DJ de 27/6/97; HC nº 66.127/MS, Segunda Turma, Relator o Ministro **Djaci Falcão**, DJ de 24/6/98; HC nº 84.816/PI, Segunda Turma, Relator o Ministro **Carlos Velloso**, DJ de 6/5/05.*

*Anoto, apenas, não se tratar de impetração que se volta contra ação penal que tramita em juízo incompetente, ou seja, não tem a finalidade de assegurar ao paciente o direito de ser julgado perante o juízo natural para a causa penal. Não é o que se tem nos autos. Tanto é o Supremo Tribunal o Órgão competente para processar e julgar o parlamentar Juvenil Alves, como a Justiça Federal de Primeiro Grau a competente para processar e julgar o paciente pelos crimes narrados na peça acusatória" (fls. 207/208 – grifos no original).*

Por entender que a impetração era flagrantemente inadmissível e contrária à jurisprudência desta Corte (art. 21, § 1º, do RISTF), em razão dos fundamentos apresentados, neguei seguimento ao **habeas corpus**.


Mantenho a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos e, ainda, considerando o parecer do Ministério Público Federal, nego provimento ao agravo regimental.

*onul*

efs  
(11.865)

**12/06/2008****TRIBUNAL PLENO****AG.REG.NO HABEAS CORPUS 94.224-5 MINAS GERAIS**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Presidente, peço  
vênia para prover o agravo. Entendo que não cabe em impetração desta  
natureza a atuação individual.



**PLENÁRIO****EXTRATO DE ATA****AG.REG.NO HABEAS CORPUS 94.224-5**

PROCED. : MINAS GERAIS

**RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO**

PACTE.(S) : CARLOS EDUARDO LEONARDO DE SIQUEIRA

AGTE.(S) : LEONARDO COELHO DO AMARAL E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : RELATOR DO INQUÉRITO N° 2635 DO SUPREMO TRIBUNAL  
FEDERAL

**Decisão:** O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do relator, desproveu o recurso de agravo, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio. Impedido o Senhor Ministro Eros Grau. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 12.06.2008.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Cezar Peluso, Carlos Britto, Ricardo Lewandowski, Eros Grau, Cármen Lúcia e Menezes Direito.

Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

p/Luiz Tomimatsu  
Secretário